

Haddad defende nova lei para mudar plano de livros didáticos

Antonio Cruz/ABr

O ministro da Educação disse que o Congresso é o lugar adequado para a discussão

**Priscilla Arroyo
e Regiane de Oliveira**
redacao@brasileconomico.com.br

O ministro da Educação, Fernando Haddad, teve que dar explicações na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado sobre dúvidas em relação à qualidade do conteúdo dos livros didáticos aprovados e distribuídos pelo governo. Polêmicas em relação ao livro que admite erros gramaticais, distribuição de material de combate à homofobia e a politização do conteúdo de livros de história dominaram a pauta. A dúvida da Casa: de quem é a responsabilidade sobre o material que é enviado às salas de aula por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que utiliza mais de R\$ 1 bilhão em recursos para distribuir material para o ensino?

Sem querer polemizar sobre culpados, Haddad defendeu o livro Por uma Vida Melhor, afirmando que recebeu apoio de várias entidades em defesa da obra. Também afirmou que o Kit contra homofobia, que foi recolhido após protestos da bancada religiosa, será reapresentado sim, e deve chegar às escolas, mas com modificações.

O ministro sugeriu mudanças no PNLD para evitar a politização: “Talvez seja a hora de se institucionalizar o programa por lei, depois de 20 anos de sua adoção, para que compreendamos o que a sociedade quer”. Segundo Haddad, o Congresso é o lugar adequado para esta discussão. E o Ministério da Educação (MEC) estará aberto às mudanças. “Se formos fazer alguma pequena mudança, pode ser por decreto. Se for uma alteração estrutural, toda a sociedade vai poder se manifestar”, defendeu.

A oposição alega que o MEC autorizou a compra de livros que privilegiam o governo Lula em detrimento da gestão de FHC, o que levou os senadores a

Fernando Haddad: “Se formos fazer alguma pequena mudança, pode ser por decreto”



A oposição alega que o MEC autorizou a compra de livros que privilegiam o governo Lula em detrimento da gestão FHC

discutirem a validade de temas contemporâneos na escola.

“Acho totalmente deseducativo essa discussão no Congresso”, afirma o economista e educador Cláudio de Moura e Castro. “Ela muda a pauta para temas realmente importantes, como a proposta do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o novo ensino médio”, ressalta. Outro tema em discussão, que também mereceria um debate do Congresso, é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). A educadora Guiomar Namo de Mello concordou. “A ideologização do material didático é antiga no Brasil, mas no caso do livro criticado, não é verdade que houve favorecimento”, afirma.

A ampliação do controle do estado nas publicações é outro tema polêmico, que merece discussão, segundo os educadores ouvidos pelo Brasil Econômico. “Nos anos 80, existiam livros com erros graves em conceitos históricos e de linguística. A partir do final dos anos 90, com a criação do PNLD, os livros começam a ser melhor avaliados, o que foi uma melhora significativa”, afirma Cecília Hanna Matte professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). “Neutralidade é impossível, pois significa ausência de interesses. Tudo o que fazemos é movido pelo interesse, inclusive a busca pelo conhecimento”, ressalta Demerval Saviani, professor da USP.

Para a coordenadora do curso de pedagogia da Unicamp, Maria Marcia Malavase, o problema maior não está na censura e sim no desperdício de recursos. “É preciso ter cautela para lidar com o dinheiro. Lamento que recursos públicos sejam usados para depois serem descartados, isso beira a irresponsabilidade.”

Apesar das críticas, os educadores alegam que o ensino brasileiro ainda está longe de perder seu caráter ideológico. “As relações de poder estão presentes, elas fazem parte do movimento social e são exercidas pelas pessoas. Todos os livros de história, em todas as épocas, vamos perceber o autor favorecendo uma ideologia ou outra”, explica Cecília. ■

LIVROS QUE CRIARAM POLÊMICA NA REDE PÚBLICA



POR UMA VIDA MELHOR

» PROBLEMA: contém erros de português
SOLUÇÃO: será recolhido

O livro, adotado por 4.236 escolas públicas em todo o país, está para ser recolhido. Em um de seus capítulos, os autores afirmam que na variedade linguística popular pode-se dizer que "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". A Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) entrou com ação coletiva na 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça (TJ-RJ) pedindo o recolhimento do livro didático e solicitando indenização por danos morais coletivos



MAMÃE COMO EU NASCI

» PROBLEMA: questão moral
SOLUÇÃO: foi recolhido

Clássico premiado pela Academia Brasileira de Letras, o livro foi recolhido em abril de 2010 pela Secretaria de Educação do Recife. Escrito há mais de 20 anos, explica como se dá a fecundação, a relação sexual, o orgasmo e o prazer. O recolhimento foi pedido e feito protestos de pais revoltados, que consideravam o conteúdo obsceno, pois retrata crianças em cena de masturbação



GEOGRAFIA - SOCIEDADE E COTIDIANO

» PROBLEMA: mapas errados
SOLUÇÃO: foi corrigido na internet

Distribuído em março de 2009 pelo governo de São Paulo para alunos da 6ª série do ensino fundamental continha erros graves no mapa da América do Sul. O Paraguai aparecia duas vezes e banhado pelo mar e o Equador foi excluído. Na época, a Fundação Vanzolini, que preparou os livros, informou que a incorreção foi gerada involuntariamente na **diagramação e aplicação dos nomes de alguns países**. O mapa correto foi publicado na internet, à disposição de professores e cerca de 500 mil alunos



"HISTÓRIA E VIDA INTEGRADA"

» PROBLEMA: propaganda política do governo
SOLUÇÃO: nenhuma

O livro, distribuído durante o governo Lula, relaciona problemas do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como a crise cambial o apagão e as denúncias de compra de votos no Congresso. Em contrapartida, lista dados positivos sobre a gestão Lula (2003-2010), incluindo a "festa popular" da posse e a "inovação no estilo de governar" do PT ao criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, além de vários dados positivos sobre a economia



BANZO, TRONCO E SENZALA"

» PROBLEMA: conteúdo racista
SOLUÇÃO: foi recolhido e proibido

Proibido em março de 2003 na rede pública do Distrito Federal por ordem do governador Joaquim Roriz, que acatou pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), que recebeu a denúncia do pai de um garoto negro, de 10 anos, que teve vergonha de voltar à escola após ler o livro que mostrava os negros como traidores do país. O conteúdo, considerado racista, tinha ilustrações que mostravam personagens negros escravizados e com rosto de macacos

Matéria